

**SONHOS, PROJETOS E NECESSIDADES:  
A UNIÃO DE UM GRUPO DE PESSOAS PARA A  
FORMAÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO POPULAR<sup>1</sup>**

*Amanda Marques Rosa<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Discuto neste artigo como se deu a união de um grupo de pessoas na década de 1980, na cidade de Uberlândia, para constituir um Centro de Documentação Popular que referenciasse a história e a memória das classes trabalhadoras. Aponto, a partir do diálogo com as fontes, quais interesses, sonhos, e projetos eram gestados naquela conjuntura e possibilitavam a articulação de diferentes pessoas para a realização desse projeto que tinha na memória um campo privilegiado de atuação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memórias. Histórias. Centro de Documentação Popular.

**ABSTRACT:** I discuss in this article how was the union of a group of people in the 1980s, in the city of Uberlândia, to constitute the Popular Documentation Center, referring to the history and memory of the working classes. Pointing out, from the dialogue with the sources, which interests, dreams, and projects that were gestated in that context that allowed the articulation of different people to conduct this project that had in memory that had a privileged field of action.

**KEYWORDS:** Memories. Histories. Center of Popular Documentation.

---

<sup>1</sup> Este artigo traz algumas reflexões desenvolvidas no 1º capítulo do meu trabalho monográfico – ROSA, Amanda Marques. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias (Uberlândia, 1985-1995)*. 2008. 120 folhas. Monografia (Bacharelado em História) Instituto de História, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2008– defendido no Curso de História (INHIS/UFU), sob a orientação da Professora Doutora Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

<sup>2</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, bolsista CNPq.

Proponho uma reflexão acerca de experiências de sujeitos ligados a movimentos sociais que empreenderam práticas de registro de materiais, por conseguinte disputa de memórias, na década de 1980 e início da década de 1990. Abordo a constituição do Centro de Documentação Popular (CDP) na cidade de Uberlândia. Essa experiência reuniu um grupo de professores e estudantes universitários, militantes de sindicatos, movimentos populares e partidos políticos da cidade em torno do objetivo de constituição de um centro de documentação que realizasse “o arquivamento e documentação de materiais ligados à história, na perspectiva dos trabalhadores”.<sup>3</sup>

Pude identificar uma rede formada na cidade que articulava sindicatos, partidos políticos, setores da Universidade, a Pastoral Operária, a CUT e o próprio CDP. Juntas, essas diferentes entidades disputavam espaços de lutas e configuravam outros, intervindo nos acontecimentos sociais, nas lutas cotidianas e reivindicações de diversas categorias de trabalhadores. Por outro lado, essa articulação também passava pelo sentido de constituição de lugares de memória, ou seja, lugares que promovessem tanto o registro dos materiais produzidos nessas lutas quanto seu arquivamento, experiência esta que se revela pela constituição do CDP.<sup>4</sup> Realizada a fundação do Centro, o desafio do grupo foi se estabelecer. Da necessidade de constituir um acervo “popular”, a ação transformou-se em projeto de intervenção social. Nesse intuito, o grupo aproximou-se dos sindicatos e logo as ações do CDP se expandiram, de forma que

---

<sup>3</sup> Recorte de jornal *A Voz da Unidade*, datado de 18/12/1989. Coleção CDP – CDHIS/UFU.

<sup>4</sup> Ressalto ainda que essa rede formada na cidade se expandiu para outras cidades do país. Houve a troca de materiais e informações com centros de memória e documentação, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais de várias partes do país e mesmo de outros países, indicando uma convergência de forças sociais com interesses que se entrecruzavam e, a partir disso, produziam-se memórias. Hoje, toda a documentação colecionada e arquivada pelo CDP está sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU).

este passou a agregar as funções de “preservação”, “formação” e “informação”, transformando-se em centro de apoio, formação e documentação.

Evidencio a concepção do grupo a partir da sua leitura de sociedade, na qual apontavam as desigualdades sociais, e por isso traçavam um projeto alternativo: a formação de um centro de documentação popular que realizasse o registro das fontes referentes às classes trabalhadoras na década de 1980 e que atuasse como um agente formador de várias categorias do movimento sindical e popular. No diálogo com as fontes, procuro reavivar a diversidade de interesses presentes neste projeto por parte dos agentes sociais e sujeitos que se articularam a ele.

#### **A formação do grupo: que universidade queremos?**

O Centro de Documentação Popular (CDP) foi criado em 1985, em Uberlândia, a partir do trabalho de recuperação de documentos relativos aos movimentos populares e sindicais. Essa experiência foi decorrente da preocupação de um grupo constituído por professores do Departamento de Filosofia e alunos do curso de História da UFU. De acordo com os registros por mim analisados (cartas, jornais produzidos pelo Centro, *folders*, monografias e entrevistas orais), o grupo queria constituir um arquivo que referenciasse a história de outros sujeitos – as classes trabalhadoras –, tendo em vista questões suscitadas pela expressão de descontentamento dos vários movimentos sociais na década de 1980, na busca pela intervenção nos processos políticos e sociais do país.

Na fala de um de seus idealizadores, Ronan Hungria, à época estudante do curso de História da UFU e militante político de esquerda da cidade de Uberlândia, podemos perceber as marcas de descontentamento daqueles que estavam dentro da universidade, tanto em relação à situação política e social do país quanto em relação à própria questão de constituição de objetos de pesquisa que se referissem aos “excluídos da História” e subsidiassem pesquisas relativas a esses grupos que disputavam

seu espaço naquela sociedade. Ao ser indagado sobre como se deu a constituição do CDP, ele argumenta:

E o CDP vem aí como uma perspectiva de trazer formação e informação, preservar a memória desses... Dos de baixo, digamos assim. Desses trabalhadores. E aí ele começa por iniciativa de pessoas, indivíduos [...] E aí é uma parceria. [...]

E eu encontrei um professor que vinha da UNICAMP(...). Chama Cícero. [...] Encontrei ele um dia articulando, “p” da vida. Havia um questionamento muito grande: qual que é o papel da Universidade, além dos muros, além de reproduzir as relações? O quê que nós poderíamos estar fazendo? Então, a gente entrou assim: ah, então vamo, espera aí, vamo aonde o povo está. E aonde o povo está é fora da Universidade, geralmente, né? [...]

É... Tem um punhado de projetinhos, de sonhos e planos, digamos né? [...] De coisas, que me parece de outro mundo, né? Exóticas! [...]

Era um projeto [...] E aí nós ajudamos a construir então a nova sociedade civil. Esses novos atores. Foi quando as pessoas mexeu nessa estrutura: de fazer oposição sindical, montar partido, montar central, montar o CDP, reconstruir UESU [União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia]. E aí nós entramos nesse contexto.<sup>5</sup>

Ronan nos remete à conjuntura social da década de 1980, na qual se dava a luta por uma sociedade democrática, mais justa, em que diversos sujeitos pudessem ter maior participação no campo social e político. Em sua fala, podemos perceber como esses sujeitos queriam alterar aquela sociedade, ao mesmo tempo em que queriam ter visibilidade, voz, em suma: reconhecerem a si mesmos e serem reconhecidos enquanto agentes do processo

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada em 30 jun. 2007. Ronan, nesta data, tinha 47 anos de idade. Ele foi militante do movimento estudantil e sindical e graduou-se em História pela Universidade Federal de Uberlândia. No período da entrevista atuava como professor de História na rede municipal de ensino.

histórico. Isso fica evidente quando o depoente toma para si o papel ativo de sua ação, apontando a movimentação da sociedade para montar partidos políticos, fazer oposições sindicais, constituir centros de documentação.

Nesse sentido, a criação de um centro de documentação popular revela a latência de vários projetos que estavam em disputa para constituir uma sociedade democrática e garantir a cidadania. O CDP se mostrava para esses sujeitos como um instrumento de luta pela cidadania, por meio da formação de um acervo que preservasse suas memórias e representasse um mecanismo de intervenção naquela sociedade. Isso nos remete à Paoli, quando esta discute a construção de uma política patrimonial que valorize o patrimônio coletivo como dimensão básica da cidadania. A referida autora nos oferece suporte teórico para refletirmos sobre a construção de novos horizontes historiográficos que ressaltem a luta de sujeitos que disputavam espaços sociais na cena histórica para ter seus desejos e projetos sociais reconhecidos. Estes perderam a visibilidade de suas ações, mas nem por isso deixaram de impor resistência aos processos hegemônicos das classes dominantes.<sup>6</sup>

A fala de Ronan elucida tais projetos sociais em disputa que evidenciavam a articulação dos diversos movimentos – sindical, estudantil, partidário – ao se concretizarem na reconstrução da UESU, na constituição do CDP, na fundação da CUT e no fortalecimento de partidos de esquerda em Uberlândia. Tudo isso nos remete à resistência de grupos que se uniam para fazer

---

<sup>6</sup> Ver PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 25 - 29. *Ela* [a construção de um novo horizonte historiográfico] “pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo”. p. 27.

florescer suas lutas, ligados por interesses que entendemos serem de classe, em um momento em que tais disputas fervilhavam na sociedade, revelando a pluralidade e diversidade desta, assim como contrariavam políticas públicas homogeneizadoras, as quais desfavoreciam a diversidade e pluralidade do social.

Teço minha interpretação sobre a formação do CDP em constante diálogo com os diversos sujeitos sociais que nele atuaram, seja por meio dos estudos realizados sobre o Centro (monografias, artigos, projetos de organização da coleção), seja por meio daqueles que têm suas experiências registradas nas fontes que compõem o acervo, ou ainda pelas entrevistas orais com alguns desses sujeitos. Acredito ser papel do historiador desenvolver suas pesquisas de modo a reavivar as lembranças dos diversos e múltiplos sujeitos que estão presentes na cena histórica, e, por assim acreditar, quero dialogar com os múltiplos agentes que compõem o CDP.

Por esse motivo recorro ao trabalho de Almeida,<sup>7</sup> este analisa o processo de constituição do referido acervo e relata sua experiência de organização das fontes documentais no Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS/UFU<sup>8</sup>. De

---

<sup>7</sup> ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. 1995, 65f., Monografia (Bacharelado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1995. A autora participou do processo de organização da coleção CDP, após a doação dos documentos do referido centro ao Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS/UFU.

<sup>8</sup> O CDHIS é um órgão do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Foi criado em 1985, fruto da ação de professores de História e Ciências Sociais como Núcleo de Pesquisa em História e Ciências Sociais (NUCHIS), com a função de armazenar a documentação dos projetos desenvolvidos e de guardar documentos produzidos ou colecionados pelos memorialistas da cidade. No início da década de 1990, o CDHIS passou a custodiar a documentação referente à história de Uberlândia e região, a fim de subsidiar e fomentar pesquisas historiográficas. Conta com uma diversificada documentação, tanto em termos de tipologias documentais (jornais, livros, revistas, fotografias, monografias, mapas, discos, cartazes,

acordo com a autora, a constituição do CDP se deu a partir da ação do grupo idealizador formado por pessoas preocupadas em preservar a experiência de entidades sindicais e populares que para isso organizou-se, “buscando implementar formas de recolher e acervar este tipo de documentação”.<sup>9</sup> Sendo assim, observamos que o CDP nasce da preocupação de um grupo ligado à Universidade que, posteriormente, expande sua ação estruturando-se em sede própria, aproximando-se mais dos movimentos populares e sindicais e ampliando seus agentes de diálogo.

Pudemos observar essa preocupação com a organização de um acervo popular também nos jornais produzidos pelo grupo idealizador do Centro.<sup>10</sup> Em uma de suas páginas, os redatores

---

boletins, atas, panfletos, informativos, audiovisuais, etc.) quanto em termos de fontes produtoras e/ou colecionadoras dos documentos doados. Possui também biblioteca de apoio, mapoteca, laboratório de restauro e um setor de publicações para a divulgação da produção de pesquisas e do trabalho de preservação de documentos realizados pelo Centro. Simultaneamente, realiza atividade de extensão por meio da oferta de estágios do Núcleo Estudo de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM e do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História – LEAH, promove exposições, além de projetos que desenvolve em seus setores específicos: Setor de Arquivo e Setor de Restauro.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Leila. Op. cit. p.11.

<sup>10</sup> O CDP produziu algumas publicações que se apresentam com um caráter tanto informativo quanto formativo, ou seja, como uma espécie de espaço de reflexão e informação e como canal de comunicação com outras entidades (sindicatos, CUT, centros de documentação e arquivamento, etc.). A produção foi de apenas cinco edições entre os anos de 1989 e 1991, sendo as três primeiras publicadas no ano de 1989 e a terceira e a quarta edições em 1990 e 1991, respectivamente. Pode-se observar uma alteração no título do jornal que até a terceira edição se intitulava “Jornal do CDP”, e a partir da quarta passou a ser denominado “CDP Informa”. É nesta edição que o jornal passa a contar com a participação de um jornalista (Francisco Medeiros), que assinava como jornalista responsável pela publicação. Convém lembrar que os redatores e coordenadores mantiveram-se os mesmos, ainda que alternados a cada edição: Ronan Hungria, Fuçacó Nomura, Marcelo e Élson

narram uma pequena história do CDP em que apontam para o surgimento do centro por volta de 1985, “quando algumas pessoas do NPS (Núcleo de Pesquisa Social), professores e alunos da UFU estavam discutindo: seus projetos de pesquisa, a prática das universidades sempre distante da sociedade, etc.”.<sup>11</sup>

Como se vê, isso revela a preocupação do grupo idealizador em se aproximar dos grupos marginalizados dos processos sociais de efetiva constituição da cidadania e dar outro sentido à relação universidade/sociedade, produzindo uma extensão do conhecimento acadêmico que de fato combatesse as desigualdades sociais. A fala de Ronan aponta também para o questionamento do papel da Universidade quando denuncia seu afastamento em relação à sociedade, ao afirmar que o “grupo fundador tinha que ir aonde o povo estava”, o que evidencia o caráter dos sonhos e projetos daquele grupo de professores e alunos que se uniam em prol de fortalecer a luta do que Ronan chama “dos de baixo”. É nesse sentido que podemos pensar sobre o caráter múltiplo do social, o qual é composto por diversos sujeitos e, por conseguinte, de projetos em disputa, caracterizando-o como carregado de contradições, conflitos e embates.

O que se procura demonstrar aí é o espaço aberto pelo CDP aos movimentos sociais para que estes pudessem repensar suas práticas e se organizarem contra as classes dominantes, fazendo assim do Centro mais um espaço de luta e reivindicação das classes populares. Era preocupação do grupo fundador do CDP: respeitar as diferenças e apostar nelas para a constituição da desejada sociedade democrática. Como podemos perceber, o surgimento do Centro se dá diante do desejo de agentes históricos preocupados em trazer à tona e reavivar lutas de grupos que

---

Oliveira Felice, os quais eram integrantes do CDP e, à época, graduandos do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, com exceção de Élson, que era militante sindical. Essa foi a única publicação feita pelo CDP e sua distribuição era gratuita, realizada tanto por permuta com os agentes de diálogo do Centro quanto por distribuição em sindicatos.

<sup>11</sup> Jornal do CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 1, n. 0, 1989.



são marginalizados dos processos sociais. Este é, a meu ver, o caráter dos sonhos, desejos e utopias daqueles que se reuniram para constituir o CDP.

No diálogo com as fontes pude perceber a latência desse projeto que se organizou cotidianamente diante dos olhos daquele grupo idealizador, concretizando-se a partir de suas ações, transformando-se em realidade. O referido grupo criou uma rede que se expandiu, alcançando os movimentos sindicais e populares e atingiu uma articulação entre diversos sujeitos unidos por interesses comuns: preservar as memórias de grupos marginalizados socialmente e constituir mecanismos para a formação e informação desses sujeitos.

O Jornal do CDP destaca ainda a importância do registro dos acontecimentos cotidianos para a organização sindical e popular, a fim de compreender erros e acertos.<sup>12</sup> Isso ocorre diante da certeza de que os meios de comunicação de massa não tinham interesse em divulgar a luta dos trabalhadores em geral, daí a necessidade de que esse registro fosse feito pelo próprio movimento. Por fim, propõe que cada entidade ou movimento social crie seu próprio centro de memória, e que aquelas entidades que possuíssem veículos de comunicação as enviassem ao CDP.

Fica clara a articulação do Centro com outras entidades de preservação da memória e com entidades sindicais ligadas aos movimentos populares. Pude observar isso na análise das correspondências e revistas que revelam o amplo contato do CDP com tais entidades: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Centro Pastoral Vergueiro (CPV), Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU), Associação dos Servidores da UFU (ASUFUB), da qual, posteriormente, formou-se o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos do Ensino Superior de Uberlândia (SINTET), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Direitos

---

<sup>12</sup> JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 1, n. 0, 1989.

Humanos, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Sindicatos dos Trabalhadores Comerciais, Sindicatos dos Trabalhadores Eletricistas. O contato se dava ora por cartas, ora por permutas com setores ligados à publicação. Essa articulação formou uma grande rede de contatos do CDP com outras entidades de preservação da memória e constituição de acervos, o que fica evidente na fala de Ronan:

E teve uma outra área mais coordenada pela Fuçacó, a Alexia, o Francisco, que era o lance da preservação. Porque a gente tinha contato com todas as... Os outros centros, digamos assim, que tava preocupado com essa coisa da memória. O CEDI [inaudível], o CPDOC, e aí têm vários. 'Cê via lá o tanto de textos?[...] Era uma rede. Uma rede com essa preocupação. Da formação, classista, de massa, e da preservação dessa memória.<sup>13</sup>

Como vemos, havia interesse, por parte daqueles que idealizaram e fundaram o CDP, no sentido de fazer da memória um campo de embates, onde se travam disputas e conflitos de classe que são inerentes à sociedade. Aqui nos reportamos ao Grupo de Memória Popular do *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham (Inglaterra), a fim de pensarmos a atuação desse grupo idealizador do CDP, entendendo-a enquanto prática que queria evidenciar os feitos de grupos sociais que não contavam com visibilidade na cena histórica. Relaciono a atuação do citado grupo àquilo que o Grupo de Memória Popular fala sobre conhecer o contexto maior de suas lutas e desenvolver, a partir de então, estratégias para a transformação deste.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada no dia 30 jun. 2007.

<sup>14</sup> GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 282-295. "É uma das formas pelas quais um grupo social orgânico adquire conhecimento do contexto maior de suas lutas coletivas e se torna capaz de exercer um papel mais amplamente

Partindo desse suposto, entendo a formação do CDP enquanto acesso de grupos orgânicos ao conhecimento de um contexto mais amplo, que lhe promoverá autorreflexão e o engajamento de suas reivindicações. Nesse sentido, pensamos o caráter político do projeto, em que seus membros denunciavam a ausência de acervos que preservassem a memória “dos de baixo”, haja vista que as fontes nos permitem pensar a necessidade de se constituir centros de memória do movimento popular e sindical a partir da percepção de que, em uma sociedade de classes, os dominantes não têm interesse em preservar e divulgar feitos ligados aos dominados.

A leitura entrecruzada das fontes reforça minha percepção de que o desejo do grupo era criar um centro de memória que fosse um agente formador de diversas categorias de trabalhadores. Assim nos diz a monografia de Franco (à época, membro do CDP e graduanda do curso de História da UFU):

Mais do que auxiliar trabalhos de pesquisa, hoje, o CDP pretende formar e informar tanto os militantes de movimentos organizados, quanto toda a classe dominada de Uberlândia e região, ajudando-a a controlar e criticar o saber e a ideologia dominante, denunciando as distorções e manipulações que as instituições de produção e transmissão de saber pertencentes aos padrões e governantes fazem em relação à memória popular, lutando contra a exploração e expropriação do saber da maioria da população e, conseqüentemente, incentivando o resgate, o repensar e a criação coletiva e consciente de um conhecimento vinculado à prática e às necessidades populares.<sup>15</sup>

---

transformador na sociedade. Mais importante, talvez, é a forma pela qual nos tornamos autoconscientes da formação de nossas crenças no senso comum, aquelas de que nos apropriamos dentro do nosso meio social e cultural imediato”. p. 287.

<sup>15</sup> FRANCO, Alexia P. *A sobrevivência da memória popular*. 1990, 98f., Monografia (Bacharelado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990, p.63.

Podemos perceber nesse trecho o sentido de memória que estava em disputa naquele período, qual seja, como elemento ativo da luta. A memória assumia o caráter de fornecedora de subsídios para a prática da formação de militantes.

Dessa firma, o que os unia era a crítica à Universidade – ilhada da sociedade e distante das questões sociais vivenciadas pela população que a ela não tem acesso –, bem como o projeto de constituição de um acervo que não servisse unicamente aos interesses da pesquisa, a qual, na concepção daquele grupo, não ultrapassava os muros da academia. Assim aponta a monografia de Almeida:

Para o grupo, o arquivo do CDP, ao contrário de tornar-se mais um “quarto empoeirado” da história, onde historiadores buscam vida em formas amorfas, devia tornar-se parte viva da dinâmica desses movimentos. E nesse sentido, orientá-los ou possibilitar-lhes uma orientação que dinamizasse a tarefa de auto-organizarem-se, de preservação de sua memória, através de seus próprios arquivos.<sup>16</sup>

A fala de Ronan aponta para essa característica do CDP, de crítica à Universidade e à formação de acervos que se limitassem à pesquisa, dissociada das experiências de luta e demandas constituídas na sociedade:

Ele tem que ‘tá ativo. Ele tem que ‘tá onde o povo está. Ele tem que servir a estas necessidades. Que é precárias, que é... ao mesmo tempo que é limitada por causa do sistema, né?, empobrecida. Mas há um desejo, há uma vontade das pessoas, e aí nós temos que trabalhar isso de forma articulada, organizada. E aí foi aí que surgiu as parcerias. Cada um encontrava um ponto, que tinha sentido, uma interface, pra ele.

[...] Ele ajudou. Foi uma escolinha que formou muita gente. Mas...a função inicial dele sai da UFU, justamente por essa crítica, né? ‘Cê vê o tanto de coisa parada; energia morta. Cadê isso?<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> ALMEIDA, Leila. Op. cit. p.13.

<sup>17</sup> Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada no dia 30 jun. 2007.

Era uma concepção do grupo que o acervo fosse composto e organizado para atender a dinâmica exigida pelos movimentos sociais de formação de militantes dentro daquela conjuntura.<sup>18</sup> Entrecruzando as fontes, percebemos que o CDP foi se organizando, servindo a interesses muito mais amplos diante das condições sociais que os interpelavam. O grupo se constituiu traçando objetivos que eram reavaliados cotidianamente diante do diálogo constante que mantinham com sindicatos e movimentos populares. Foi também a partir desse diálogo que eles propuseram um projeto alternativo de sociedade. Evidencia-se assim o enfrentamento de classes com interesses diversos, em que o movimento que se expressa é o das tensões entre os que imprimem a dominação e outros que resistem.

---

<sup>18</sup> As evidências revelaram em alguns momentos certo “desmerecimento” à função social dos acervos de servirem e estimularem as pesquisas. Essa era uma concepção gerada dentro daquela correlação de forças sociais, onde havia uma crítica à postura da universidade, vista como local de produção de um conhecimento que ignorava as demandas impostas a ela pela sociedade em termos de movimentação da classe trabalhadora, a qual se organizava em sindicatos, partidos políticos, associações de moradores, em suma, reivindicava direitos e propunha alternativas para os problemas vividos. Acredito que essa era uma das situações que motivava a união daqueles sujeitos para constituírem o CDP, a ponto de em alguns momentos perderem ou deixarem de lado a noção de que a pesquisa também pode e deve ser agente transformador. Essa concepção conflita com a noção básica constituída hoje de pensarmos a importância da constituição de arquivos que tenham em seus acervos fundos documentais que referenciem as histórias e memórias de grupos alijados do direito à memória, para subsidiar pesquisas comprometidas com o papel transformador da sociedade. Compartilho da importância da pesquisa e a valorizo desde que cumpra tal papel. Mas devemos considerar a gama de expectativas e propostas daquele momento para compreendermos que tal concepção se fazia mediante a insatisfação frente à postura da universidade. Essa insatisfação produzia uma leitura de conjuntura feita por tais sujeitos de que a universidade estava se furtando a cumprir seu papel enquanto produtora de conhecimento e, portanto, eles traçavam uma alternativa de constituir um arquivo que pudesse ser agente naquele processo, em que o sentido de pesquisa discutido, era o de que ela deveria servir à formação e informação dos trabalhadores.

No diálogo com as fontes e com o referencial teórico-metodológico, fizemos um exercício de tentar apreender os significados da memória enquanto campo de disputa e de embates, na busca por compreender a constituição do CDP nesse campo. Ao interpretarmos assim a experiência do CDP, a relacionamos com a análise que Houry faz do significado de memória e cultura ao dialogar com Hall. Nesse sentido, a autora nos ajuda a pensar que: se a memória é campo de dominação, não só os grupos dominantes (que aqui podemos ampliar para a categoria cultura dominante) podem usá-la para empreender sua dominação, mas também os “grupos dominados” (a cultura popular) podem usá-la para empreender sua resistência. O que gostaríamos de reforçar aqui é a tensão contínua existente entre quem domina e quem sofre a dominação. Assim, se há por parte da cultura dominante a tentativa constante e desigual de desorganizar e reorganizar a cultura popular, por outro lado, há pontos estratégicos de resistência que, ora são conquistados, ora são perdidos pela cultura popular.<sup>19</sup>

Nessa perspectiva, vejo o CDP enquanto órgão criado por um grupo social orgânico que vem na contracorrente da história dominante e da memória para formar um acervo que preserve registros de outros sujeitos, que não aqueles que têm a seu dispor um arsenal técnico para divulgar seus feitos e memórias. Ao trabalhar com a noção gramsciniana – de um grupo de intelectuais orgânicos que tomam a frente de determinado processo, a fim de promover a reflexão dentro seu grupo de origem –, reporto-me à definição do autor sobre o processo de formação da categoria dos intelectuais nos diferentes corpos sociais históricos de cada

---

<sup>19</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias e outras histórias: cultura e sujeito na história. In FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 116-138. A autora, ao dialogar com Hall, recupera o sentido político dessas disputas, destacando a dialética da luta na cultura e pela cultura discutida pelo referido autor em seu texto: HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003. p. 247-264.

sociedade, a qual assume duas formas: a do intelectual tradicional, que são aqueles que historicamente assumem essa função, ou seja, são representantes de uma continuidade histórica; e a dos intelectuais orgânicos, que são aqueles que cada grupo social cria para si como representantes de uma consciência a ser assumida pelo grupo que o originou.<sup>20</sup> Quando assumo essa noção de intelectuais orgânicos para refletir sobre a história do CDP e de seus sujeitos, o faço a partir da segunda forma discutida por Gramsci – o intelectual orgânico – por entender que a ação daquele grupo ligado à universidade se constitui no bojo de uma leitura social que lhes permite se identificar com os valores de uma classe socialmente desfavorecida (que para muitos era seu grupo social de origem) dentro daquela sociedade. A partir de então, esse grupo traça um projeto alternativo de sociedade, voltando-se para a tentativa de criar condições de promover a transformação social, rompendo com aquela situação de desfavorecimento e desigualdade.

Ainda pensando o Grupo de Memória Popular, entendo a atuação do CDP enquanto prática social que resiste à dominação da memória dominante, a qual está exposta à contestação, ainda que seja hegemônica. Nesse sentido, o Grupo de Memória Popular nos oferece elementos teóricos, ao apontar para o fato de que a hegemonia é um processo em que ocorrem constantes lutas que visam à História – aqui entendida enquanto processo no qual estão em disputa diversos projetos, sejam instituídos, sejam alternativos – e particularmente à memória popular. Logo, se, por um lado, a memória das classes populares se torna alvo dos interesses dominantes, por outro, um “grupo social orgânico”

---

<sup>20</sup> Ver GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: “Os intelectuais e organização da cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. “Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos”. p. 9.

a utiliza enquanto forma de resistência.<sup>21</sup> Isso nos possibilita trazer a noção de hegemonia enquanto processo em constante disputa, tendo em vista que podemos entendê-la no seu contínuo dominação/resistência, haja vista que não há dominação que seja eterna. Esta sempre passa pelo crivo da contestação e resistência dos dominados, que delimitam até que ponto aceitam ou resistem a tal dominação, evidenciando uma relação que é constantemente tensionada, o que é peculiar ao processo histórico. Assim, a concepção de hegemonia tratada neste trabalho é a de um processo em constante tensão e disputa, por isso hegemônico (um estado que pode ser alterado).<sup>22</sup>

Pude observar na análise das fontes que o grupo fundador do CDP partia de uma concepção de luta de classes numa perspectiva do marxismo-leninismo, uma vez que sempre recorre a termos “opressores/oprimidos”, “explorados do sistema”, “burguesia/trabalhador”, ou mesmo devido ao sonho de implantação do socialismo em nossa sociedade nos anos 1980, o que mostra a leitura feita por aqueles que empreendiam formas de lutas e resistência dentro daquela conjuntura. É a partir dessa concepção de sociedade que devemos pensar a constituição do acervo. Nossos questionamentos devem ser feitos considerando tal concepção para não correremos o risco de cair em anacronismos

---

<sup>21</sup> “[...] Toda atividade política é intrinsecamente um processo de argumentação e de definição histórica, que todos os programas políticos envolvem tanto alguma construção do passado quanto do futuro [...]. A luta constante pela hegemonia tem um interesse substancial na história e particularmente na memória popular.” Grupo Memória Popular. Op. cit. p. 287.

<sup>22</sup> Ver WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. O autor discute o conceito de hegemonia, evidenciando sua condição de processo que é mutável, pois sofre pressões e limites específicos, e por isso é continuamente renovada, recriada, defendida e modificada, porque sofre também uma resistência contínua. Williams traz para entender o conceito de hegemonia e hegemonia alternativa. “A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade”. p. 116.



que apenas nos distanciariam da experiência social dos sujeitos por nós analisados. É considerando essa leitura do grupo que pensamos seus objetivos com o CDP, os agentes e órgãos de diálogo e suas críticas à sociedade vigente.

### **Preservação e intervenção: “ir aonde o povo está.”**

A experiência de constituição do CDP vinha numa esteira de implantação de um projeto alternativo de sociedade. Dessa maneira, a memória era campo privilegiado para a intervenção naquela conjuntura. O CDP se apresentou como uma estratégia de resistência à memória hegemônica, contando com o apoio de algumas instituições, como sindicatos, CUT, Igreja Católica e associações de bairros.<sup>23</sup> Tal fato deixa claro que, mesmo diante da imposição, pelas classes e poderes dominantes, de uma memória única, os grupos sociais excluídos resistem à dominação, lutando por construir e afirmar práticas que referenciem suas memórias. Assim podemos perceber em um dos jornais do Centro, datado de 1988:

nós, do Centro de Documentação Popular, queremos contribuir, de fato, na implementação deste projeto [projeto histórico de uma sociedade Socialista e Democrática]: tanto na reflexão dessas lutas, quanto no preservar e arquivar essa memória social, bem como assessorar econômica e juridicamente as lutas dos trabalhadores.<sup>24</sup>

Essa ação, desenvolvida por professores e alunos da UFU, que agregou vários outros sujeitos do movimento social, é, a meu ver, fruto das expectativas gestadas naquela sociedade. A organização de arquivos “alternativos” revela o caráter político daquelas ações e expressa a contestação da ordem vigente,

---

<sup>23</sup> Faço esta discussão sobre os agentes de diálogo e articulações do grupo no 2º capítulo. Ver: ROSA, Amanda M. Op. cit.

<sup>24</sup> Jornal do CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 1, n. 0, 1989.

ao representar novos mecanismos e espaços de resistência de grupos que têm uma participação desigual numa sociedade marcada pelo conflito de classes.

Como se vê, mesmo diante de uma memória que se quer hegemônica, em vários momentos percebe-se as resistências a tal processo. É assim que chamamos a atenção para a necessidade de pesquisarmos as lutas e embates travados no campo da memória; não só no sentido de discutirmos na historiografia o processo de afirmação de outras memórias e a constituição de acervos que tragam os suportes destas – em que a coleção CDP é um exemplo – bem como no de analisar, ao rever sua história, como se dava a valorização e a preservação dessa memória, investigando seu caráter: memória ou memórias? Relacionamos a experiência de formação do CDP à análise de Fenelon, visto que esta nos ajuda a pensar o impacto da História Social, entre as décadas de 1960 e 1980, a partir da ampliação de registros documentais, o que facilitou a investigação de outras temáticas, antes consideradas impossíveis pela inexistência de fontes.<sup>25</sup>

Em jornais, notas, correspondências e a partir das monografias de Almeida e Franco, é possível observarmos que, a princípio, o grupo idealizador priorizou a conservação dos documentos dos movimentos organizados e, posteriormente, visou o acervamento de fontes documentais daqueles movimentos que não traçavam suas lutas nas bases da luta sindical organizada, porém, não estendeu o apoio (a formação) às entidades assistencialistas e pelegas. Sendo assim, ao analisarmos tais fontes, o objetivo que se sobressai, traçado pelo grupo, era criar um suporte para a memória da experiência de grupos excluídos dos processos sociais que não tinham visibilidade na grande mídia. A intenção era assessorar os movimentos sociais na busca pelo reconhecimento de suas ações e preservar sua memória. Nessa ação de constante busca pela participação e intervenção naquele contexto, foram-se criando e organizando uma multiplicidade de materiais, que hoje se constituem em campo de possibilidades

---

<sup>25</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 73-90, 1993.

para fomentar pesquisas sobre o movimento social na década de 1980 e que revelam um acervo diversificado e múltiplo de registros, sujeitos e experiências sociais.

O interesse do grupo naquela conjuntura centrou-se na formação de um acervo popular que tinha na memória um campo ativo de luta. Desse modo, inerente aos sonhos, desejos, anseios e expectativas de se criar um centro de documentação, havia o interesse vital de fazer da memória um campo decisivo para a formação dos trabalhadores. Contudo, a análise das fontes revelou que nasceu no interior do grupo uma contradição advinda do foco no trabalho de formação. Em alguns momentos o trabalho de assessoria enfocava uma perspectiva de organização e sistematização das lutas que de alguma forma podia limitar as experiências forjadas fora das oposições sindicais, dos partidos políticos, enfim, dos espaços de lutas organizadas. Desse modo, a ação acabava por resvalar em práticas de fazer para os movimentos em vez de fazer junto a eles, como era o desejo do grupo expresso nesse trecho do Jornal do CDP de 1989:

Entendemos que não cabe a nós do CDP 'ensinar' como devem ser feitas as lutas dos trabalhadores, mas cabe a nós numa concepção de massa, democrática e socialista contribuir nas sistematizações e no registro das várias formas de lutas dos trabalhadores e despossuídos em geral.

Atualmente estamos discutindo com várias categorias de trabalhadores, seja através dos seus sindicatos ou mesmo oposições sindicais para que eles assumam a organização e estruturação do CDP, como mais uma ferramenta de luta contra a exploração e dominação, apontando na perspectiva de uma sociedade nova.<sup>26</sup>

A ação ultrapassou as sistematizações e os registros das várias formas de luta, assumindo o caráter que eles reafirmavam

---

<sup>26</sup> JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 1, n. 2, out. 1989.

não querer: o de “fazer para eles”. A meu ver, isso é expressão das condições das lutas e do desejo de intervir naquela conjuntura, e também da identificação com os valores e lutas de determinados sujeitos que se encontravam silenciados, ocultados pelos poderes dominantes (poderes públicos, elite socioeconômica e política), rechaçando assim os valores dos grupos responsáveis por tal ocultamento, ao negar àqueles sujeitos o direito de participação nos processos sociais e mesmo o direito ao passado, à memória e à história. Essa identificação, presente na maioria da documentação e nas falas dos entrevistados, exprime o sentimento que os unia em torno do CDP, porque o social se faz nessa disputa de valores. Em suma: o registro oral permitiu perceber a multiplicidade de projetos, sonhos e expectativas que aquele projeto (o CDP) representava para os agentes sociais que com eles se envolviam. As falas revelaram visões bem diferenciadas do CDP, as quais são muito relacionadas com as experiências pessoais, profissionais e, por que não, políticas de cada um.

Foi a partir do registro oral que percebi que as expectativas de cada sujeito que se envolvia com o CDP eram diversas e que seus sonhos eram plurais. Antes do contato com as fontes, acreditava que os debates, assembleias e videodebates, enfim, tudo o que apontava para o caráter de militância (formação/informação) eram momentos e espaços compartilhados por todos de modo efetivo, no sentido mesmo da militância. Essa ideia foi algo que se desfez aos meus olhos ao dialogar com os depoentes e relacionar suas narrativas aos registros escritos.

Ao se desmontar em várias faces, meu “objeto” se apresentou múltiplo não só no caráter de variadas relações e articulações e acervamento de registros (meu ponto de vista quando trabalhava com a documentação na condição de estagiária no setor de arquivo do CDHIS). Pude perceber essa multiplicidade também entre aqueles que atuavam dentro do CDP. A característica apontada na monografia de Franco (a qual foi retomada por Leila), de o CDP ser construído/dividido dentro de duas comissões (Formação/

Documentação),<sup>27</sup> já apontava para diversidade de anseios e expectativas dentro do próprio grupo. Este não era homogêneo, pois a divisão entre duas comissões nos dá evidências de que havia pelos menos duas frentes de atuação no Centro de Documentação Popular. Uma que se preocupava com a formação, na qual se destaca o próprio Ronan, os jornais do CDP, as atas de assembleias e reuniões para formação sindical, os diversos documentos de sindicatos, de um modo geral, o próprio acervo colecionado pelo grupo; e outra voltada para a preservação, em que destacamos a participação de Aléxia de Pádua Franco e Fuçacó Nomura.<sup>28</sup> As várias correspondências mostram a troca de experiências relativas à constituição de acervos, bibliotecas, preservação de fontes variadas e cursos de arquivística sob a coordenação da Comissão de Documentação.

Tudo são indícios, não só da variada e ampla rede estabelecida pelo grupo, mas também da gama de desejos, anseios, expectativas e sonhos que se engendravam com o CDP. Sendo assim, ao reavaliar a história do Centro, percebendo-a em sua multiplicidade, consigo romper com a visão idealizadora que fazia deste e do próprio grupo. Se, no início, pensava em uma atuação homogeneizada, observo, a partir do diálogo com as evidências orais, que não o era.

Quanto ao fato de o Centro ir agregando outras funções – ser agente formador e de assessoria dos movimentos sociais em Uberlândia, para além de fazer o registro e produzir memórias –, recupero a fala de Ronan quando destaca o porquê de sair de dentro da Universidade:

---

<sup>27</sup> À medida que o Centro foi se estruturando enquanto entidade, instituição de preservação e formação, com maior número de voluntários e interessados em participar dessa atuação, ele se dividiu em duas comissões (Documentação e Formação) na tentativa de se ampliar mais.

<sup>28</sup> Fuçacó Nomura, à época, era estudante do curso de História e militante do movimento social. Apesar de destacar sua participação na Comissão de Documentação, devo esclarecer que ela atuou nas duas frentes, tanto que as publicações e correspondências evidenciam a sua presença nas duas comissões. Em algumas das publicações ora era redatora, ora colaboradora.

Ah 'tá. Então vamo saí daqui da UFU, né? Por que a gente via aqui a UFU como um instrumento de opressão dos trabalhadores, que conhecimento aqui era para reproduzir... Que nós precisava então mudar o caráter, que de fato mudou. Tanto é verdade que democratizou, né? Eu participei desse momento que... **Interferiu** na vida desse país. Na vida de pessoas que vive nesse país, né? De construir Constituição Federal de 88.<sup>29</sup>

Essa mudança de perspectiva pode ser fruto da própria participação dos idealizadores, bem como das respostas que os movimentos davam a eles. À proporção que as pessoas iam se envolvendo com aquele projeto, foi-se consolidando o desejo e mesmo a necessidade de criar um centro de documentação que fosse um centro de formação/informação que se constituísse enquanto espaço de debates, discussões e mesmo de lazer. Esse envolvimento representa para nós a dimensão do que foi o CDP para tais sujeitos, que viam nele mais do que local de luta política. Ele significava, para essas pessoas, parte de seus sonhos e expectativas em relação a um modo de vida que fosse mais igualitário e justo com as classes trabalhadoras e demais agentes históricos que vivenciavam as desigualdades sociais, políticas e econômicas. Isso é revelado por Ronan, quando afirma que participou daquele momento de interferência na vida do país, estabelecendo outras possibilidades de cunhar a história deste. O depoente, ao olhar retrospectivamente pelos caminhos da memória, vê o CDP como um projeto que estava em disputa e que naquele momento foi vencedor, pois cumpriu seu papel diante de uma série de injunções que revelavam a diversidade do social, representado pelos vários projetos em questão. Caminhar nessa perspectiva de análise é conceber a história enquanto campo de possibilidades que, a partir do presente, faz com que nos identifiquemos com agentes do passado, voltando àquelas disputas e conflitos a fim de compreendê-los e reescrevê-los no

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada no dia 30 jun. 2007. (Grifos meus)

diálogo constante com as evidências, fruto das relações de poder anteriormente existentes e que hoje se mostram como questões não resolvidas.<sup>30</sup> O contato com essas evidências revelou o grau de conquistas do CDP, que se fez agente histórico na correlação de forças posta naquela conjuntura dos anos 1980 em Uberlândia, o que revela a potência dos sujeitos que intervieram naquela sociedade, construindo outras histórias.

Aléxia já constatava o uso da história e da memória pelo CDP como estratégia de enfrentamento dos “oprimidos” em relação às classes dominantes. A referida autora discute, ao longo de seu texto, os usos da memória popular, para mostrar que esta pode ser usada tanto como dominação quanto como libertação dos “oprimidos”:

Neste sentido, vale preservar, conceber e divulgar democraticamente tanto as conquistas e experiências positivas dos segmentos oprimidos na sua complexa relação com o sistema social explorador e alienante onde estão inseridos, quanto as suas derrotas, contradições, descaminhos e sofrimentos. Isto também é válido para a construção da memória interna dos movimentos e organizações das classes desprivilegiadas. Enfim, precisa-se resgatar a memória popular segundo o princípio de que ela, assim como a memória dominante com que ela se contrapõe, não é neutra e nem harmônica.<sup>31</sup>

[...] todas as pessoas envolvidas com a luta popular, ou seja, com a luta das classes dominadas da sociedade capitalista e do socialismo real, devem trabalhar para resgatar e utilizar a memória popular como instrumento de libertação dos oprimidos, desmascarando a Ideologia Dominante e criando uma Identidade Libertadora que incentive a transformação da sociedade e a construção de um futuro diferente.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Ver VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989. p. 43.

<sup>31</sup> FRANCO, Aléxia P. Op. cit.. p. 40-41.

<sup>32</sup> Ibid. p. 63.

Assim, torna-se evidente para autora a concepção da memória como campo onde se travam disputas pelo poder e dominação de uma classe sobre a outra. A partir desse panorama, penso: como se forjava a memória popular naquele momento? Como essa memória foi recuperada/reconstruída pelos idealizadores do CDP para se tornar campo de ação na busca da constituição de argumentos e mecanismos de mobilização de entidades e grupos populares, a fim de generalizar seu projeto de formação e informação em busca da organização da classe trabalhadora e dos marginalizados do sistema? Estas são questões a que enfatizo ao pensar sobre como a memória popular aparece no CDP. Ela aparece no plural ou no singular? Nesse sentido, trago apenas possibilidades e não respostas a tais questões. Ainda que a intenção do grupo fosse a valorização da memória popular como espaço aberto para o repensar cotidiano de suas práticas, ela se voltou muito para a preservação daquilo que as lideranças dos movimentos sindicais e populares conseguiram impor, o que vem reforçar a ideia de memória no singular, não atingindo a pluralidade e multiplicidade anunciadas.

Ao pensarmos sobre o lugar social de onde falava o grupo idealizador, podemos perceber que eram unidos pelo desejo de trabalhar juntamente com os grupos populares, de modo a auxiliá-los em suas lutas cotidianas – melhorias das condições de vida, trabalho e salários –, bem como na formação de militantes de toda a “classe dominada” de Uberlândia e região. No entanto, há uma contradição nessa concepção do grupo, tendo em vista que se a intenção era trabalhar junto aos movimentos populares e não para eles, nos parece dúbio o fato de ressaltarem que queriam “ajudar” a “controlar e criticar” o saber e a ideologia dominantes, e por isso “denunciariam” as distorções e manipulações feitas pelas instituições de produção e transmissão de saber. Entendo como contraditória tal concepção do grupo, porque ao mesmo tempo em que querem romper com formas assistencialistas e paternalistas de “ajuda” aos grupos populares, acabam por manifestar esse tipo de postura, quando afirmam que seu trabalho é de “ajuda e



denúncia”. Isso acaba por limitar todo o trabalho a formas que apareciam enquanto crítica àquela sociedade vigente, contra a qual representavam um projeto alternativo de sociedade, como pude perceber pela fala de Ronan, a escrita de Franco e os jornais do Centro.

Tal situação me remete à fala de Chauí, quando esta aponta para o “discurso competente”, em que os “esclarecidos” falam por aqueles que não têm condições de produzir seu próprio conhecimento, seu próprio discurso.<sup>33</sup> Aqui, os eruditos, os acadêmicos, falam pelos grupos populares, como se estes não fossem capazes de perceber as contradições do processo histórico de dominação de uma classe sobre a outra, ora subordinando-se a ela de acordo com seus próprios interesses, ora resistindo a essa dominação. Em outras palavras, ora concordam, ora discordam com a ideologia e os saberes dominantes.

O grupo do CDP, imbuído de sonhos, utopias e desejo de constituir uma nova ordem social que negasse as desigualdades sociais vivenciadas por eles dentro daquele contexto, deixou-se levar pela divisão do saber e do conhecimento gerada dentro daquela sociedade e universidade, às quais dirigiam suas críticas. Em suma, acabaram por elaborar um discurso que tendia, a meu ver, de algum modo ao assistencialismo e ao paternalismo, ainda que na sua prática cotidiana negassem veementemente essas formas de atuação. Como tática de militância, pareciam antepor-se aos sujeitos sociais a favor dos quais levantavam sua bandeira de luta, não considerando que estes eram capazes de perceber a situação de exploração e expropriação do saber pela qual passavam e elaborar eles mesmos uma forma de resistência, sem que “alguém” precisasse denunciar aquilo que eles vivenciavam.

---

<sup>33</sup> CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1982. p. 3-13. A autora discute o processo de instituição das ideologias, analisando como se dá o processo de aceitação e internalização do discurso competente, cujos interlocutores são reconhecidos como tendo o direito de falar e de ouvir. “O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”. p. 7.

A contradição apontada por mim no trabalho daquele grupo de militantes sindicais, de outros movimentos populares e dos intelectuais orgânicos, refere-se ao fato de não perceberem em seus discursos resquícios de paternalismo e assistencialismo – comuns na sociedade diante de nossa naturalização da divisão do saber, em que uns falam pelos outros como se estes não fossem capazes de elaborar seu próprio discurso – ao não considerarem que os grupos populares não precisavam de alguém que denunciasse sua situação de opressão. Essa naturalização acaba por nos levar a não perceber que os grupos populares contam com saberes peculiares que lhes permitem elaborar seu próprio conhecimento de mundo, sem que alguém os faça por eles. Além do mais, muitas vezes somos levados pela concepção de que resistência é apenas aquela organizada dentro de espaços institucionalizados fortes, como sindicatos, associações e mesmo centros de formação e apoio, como era o caso do CDP. Isso nos faz perder de vista as outras formas de resistência: aquelas traçadas cotidianamente de forma sub-reptícia, não organizadas e mesmo de forma individual.

Contudo, a contradição não é apontada aqui a fim de anular os desejos e os sonhos – nas palavras de Ronan, a “utopia” – daquele projeto de sociedade que estava em disputa. A contradição não invalida os esforços e recursos mobilizados a fim de formar e informar militantes sociais, pois encaro como função dos intelectuais orgânicos e militantes tornarem acessível e possível o acesso aos códigos dominantes àqueles que não os têm, na tentativa de questioná-los e democratizá-los, formando também mais um grupo de pressão contra a hegemonia dos poderes dominantes. No entanto, a experiência, ao ser reavivada, deve ser feita sob a luz das indagações, levantando as diversas possibilidades que estavam presentes. É nesse sentido que me volto àquela atuação dos sujeitos sociais que se uniram para fundar o CDP, ou seja, por me identificar com aquele projeto e, portanto, traçar essa escrita reavivando algumas lembranças e feitos daquela experiência que hoje existe em forma de coleção no CDHIS.

Ressalto ainda que refletir sobre esse projeto que foi o CDP significa lembrar derrotas e utopias de projetos alternativos de sociedade que estavam em disputa em um dado momento histórico. Ao nos voltarmos a esse procedimento de pesquisa, concebemos a história enquanto experiência de luta de classes e valorizamos outros sujeitos que são partícipes do processo histórico. É esse o papel do historiador: entender, valorizando a pluralidade, porque o processo tomou um dado rumo e não outro. Isso sem perder de vista a contradição, inerente ao referido processo. Ao seguirmos essa perspectiva de análise, trazemos à tona a dominação e a resistência, o que faz perceber aquilo que Vieira, Peixoto e Khoury<sup>34</sup> chamam de pressões determinantes, existentes em processos reais, constituídos por homens reais, que modificam o processo histórico a fim de restabelecê-lo, fazendo emergir seu objeto de análise.

O uso do documento oral se fez para colocar em foco os sujeitos que atuaram no CDP. Assim, ao analisar as falas dos entrevistados, percebo na forma como eles aos poucos construíram suas narrativas, a entonação de voz, as pausas, o envolvimento com aquele projeto alternativo de sociedade. Isso revela o sentido político que tinha a atuação daquele centro de formação e informação e, enquanto prática social, aponta o posicionamento político de cada um dentro daquela sociedade. O CDP não era apenas um espaço de luta política, mas também um espaço de lazer, um círculo de amizades que representava um modo de viver para aquelas pessoas. Tal fato nos permite pensar uma concepção de história como processo do qual não se separam o político, o cultural e o econômico do social, como se estas esferas fossem compartimentadas.

Para Ronan Hungria, para além do sentido político que o CDP possuía, aquele tempo e espaço representaram parte importante de sua vida, lembrada durante a narrativa oral. Eu fui para ouvir seu relato sobre o CDP e ele me contou muito mais que isso. Traçou para mim mais do que as redes estabelecidas pelo

---

<sup>34</sup> Ver VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. Op. cit. p. 9-10.

Centro durante sua constituição. Lembrou as experiências vividas naquele tempo, narrando-as com emoção ao recordá-las como um tempo de sonhos e um campo aberto às várias possibilidades, cujos projetos traçados poderiam ser alcançados e em que os sujeitos que os projetavam tinham consciência de sua potência enquanto agentes daquele processo.

Procurei desenvolver a discussão sobre a formação do referido Centro, de modo a dialogar com os vários sujeitos que nele atuaram. Observei durante a pesquisa que cada sujeito que compunha o CDP trazia consigo interesses particulares que o uniam ao grupo. As falas de Ronan e Aléxia explicitam essa diversidade de interesses revelada pelas distintas memórias produzidas no presente, ou seja, suas falas expressaram as memórias daquilo que para eles foi mais importante naquele momento de suas vidas. Eles tinham diferentes intenções ao se engajarem em um projeto de constituição de um centro de memória popular. A esse respeito, Portelli nos esclarece, quando fala na produção de distintas memórias sobre um mesmo acontecimento, levando em consideração as diferentes intenções que ligam os sujeitos a determinado local.<sup>35</sup> Com essa compreensão recupero a fala de Aléxia:

Aqui eu não consigo te falar o que levou à formação do Centro. Mas eu consigo te falar o que me levou... A... Me juntar a eles, e eu acho que isso já tem algum significado. Bom, eu acho assim: era anos [19]80, final de anos [19]80, é... A abertura política, né? Democratização. E toda uma discussão é... Na História sobre crítica da história oficial, à preservação apenas daquilo que é a História dos heróis, da elite. Então há toda uma preocupação em tá preservando a memória de outros grupos que até então estavam silenciados né? Então assim o que me levou assim, o que me levou a entrar no grupo foi achar que naquele espaço teria um lugar que a gente poderia estar contribuindo pra essa... Até que ce falou que leu minha

---

<sup>35</sup> PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 25-26, p. 27-54, jul./dez. 2001/ jan./jun. 2002. Ver p. 32.

monografia de graduação: “A sobrevivência da memória popular”, né? Eu coloquei o nome dela. Então era essa a preocupação. Entende... Então eu acredito que o Ronan e a Fuçacó, Quando... quando tiveram a idéia de criar o centro, foi com essa idéia que também me motivou a juntar a eles. E essa coisa de preservar uma memória até então silenciada.<sup>36</sup>

Aléxia, ao se recordar de onde surgiu a ideia de formar um Centro de Documentação Popular, relembra justamente aquilo que era possível para ela realizar naquele momento em que fazia um curso que levava seus graduandos, numa leitura marxista dicotômica, a se questionarem sobre as condições materiais vividas por todos. Hoje, ao refletir sobre essas lembranças, considerando seu olhar de historiadora e professora de história – o que não a exime da condição de sujeito histórico – ela revê sua participação naquele projeto da década de 1980 com outro olhar, em que os filtros da memória e da consciência permitem aflorar apenas as experiências mais marcantes vividas naquele tempo e espaço. Isso passa pela condição de a memória ter um caráter de experiência particular a cada sujeito.<sup>37</sup> Cada um relembra e constrói seu enredo a partir dessa lembrança, levando em consideração o que era importante para si enquanto agente de um processo que hoje é reinterpretado.

Também isso nos permite pensar a condição do ato de rememorar, ou seja, a memória funciona como um filtro pelo qual “passam” apenas os fatos mais marcantes, porque hoje conseguimos estabelecer algum sentido com o presente vivido. Ainda deve ser considerado o uso da história oral, pois o entrevistado organiza sua fala, ou seja, compõe um enredo, um texto, cabendo ao entrevistador/pesquisador fazer a desconstrução deste, sua desmontagem, em suma, considerá-lo enquanto fonte,

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida à autora por Aléxia Pádua Franco, realizada no dia 12 nov. 2007. No período da entrevista, ela era professora efetiva da Escola de Educação Básica da UFU (ESEBA). (Grifos meus).

<sup>37</sup> PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 25-26, p. 27-54, jul./dez. 2001/ jan./jun. 2002. Ver p. 32.

e nessa condição construir uma problemática, formular questões, retirar das narrativas fatos significativos.<sup>38</sup>

Parto dessa mesma concepção para refletir sobre a fala de Ronan, pois este trouxe lembranças bem diferentes daquelas trazidas por Aléxia. Tanto em relação ao que, de maneira particular e individual, o unia ao grupo, ou seja, o que o levava a encampar aquele projeto, quanto ao que hoje ele ressalta ao narrar as ações do CDP resistentes em sua memória. Portelli nos fala da necessidade de avaliar o momento da vida em que a história está sendo contada, pois ele é um fator crucial na sua moldagem. Desse modo, para um militante político, como foi Ronan, recordar-se de fatos na sua militância com o CDP significa a reelaboração de muitas experiências vividas, selecionando assim aquelas que hoje se relacionam com o seu presente:

Mas... E aí nós... Eu já vinha de um movimento de militante social, lá pelos idos de [19]79, [19]80, né? Eu participei da reconstrução da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia, né? Então, assim, nós reconstruímos a UESU, foi fechada. [...]

Porque é assim, a gente era militante, e na militância você convive com muita gente. Então, recebia muito material, e aí eu pegava esses jornais, revistas, *folders*, e ia juntando. E o troço foi ficando dessa altura. Por que não montar então um Centro de Documentação? Aí nós pedimos guarita aqui no Sindicato da Alimentação. Eu fui assessor pra várias coisas: jornalista – então escrevi vários textos -, mobilização – entregar... Eu... Imagina um jogo de futebol que se bate o [inaudível] aí ‘cê vai lá cabeceia, defende. E eu fiquei muito nesse... E, assim, com facilidade, né? E achei bacana e povo gostando. E assim você cresce do ponto de vista da relação de poder, ‘cê fica famoso aquele papo, né’?<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Ver PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996. Ver p. 64: “[...] O que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos [...]”; Ou ver p. 72: “A história oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”.

<sup>39</sup> Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada no dia 30 jun. 2007.

Diferentemente de Alexia, Ronan tinha outros interesses ao participar do Centro. Ele já participava de outros movimentos engajados de organização e resistência, como destaca em sua fala, ou seja, tinha a militância que Aléxia procurava quando decidiu participar do CDP.

Enfim, no diálogo com as fontes, pude perceber que mesmo alijados dos processos de preservação de suas memórias e histórias, os grupos excluídos desenvolvem estratégias de resistência a tal processo de ocultação. O CDP se apresentou como uma dessas estratégias, contando com o apoio de algumas instituições, como sindicatos, a igreja, associações de bairros, Pastoral Operária, Direitos Humanos e partidos políticos (PT, PC do B e PCB), os quais são interpretados por nós como os sujeitos com que o CDP dialogava diretamente. Isso evidencia que, mesmo diante da imposição, pelas classes e poderes dominantes, de uma memória única, os grupos sociais excluídos do direito à memória resistem à dominação, lutando por construir e afirmar práticas que referenciem suas próprias memórias. No caso do CDP, analiso essa resistência dentro da concepção de um grupo de intelectuais orgânicos que se unem em torno de um projeto alternativo de sociedade na conjuntura da década de 1980, e partem para uma ação de cunho panfletário, visando à formação e à informação dos trabalhadores a fim de organizá-los em uma concepção sindicalista de organização e constituição de consciência de classe de trabalhadores e direções. Nesse projeto, a memória assumiu papel ativo, ao se forjar enquanto campo privilegiado para a ação de sujeitos que lutavam pela possibilidade de construção de uma outra sociedade.

Recebido em abril de 2010.  
Aprovado em junho de 2010.